

**Descobrir-se autora:  
espaços de dizer/escrever na formação docente**

**Bruna Molisani Ferreira Alves<sup>117</sup>**

**Resumo**

O objetivo desse artigo é rememorar minhas experiências com a escrita, especialmente aquelas vividas como bolsista de Iniciação Científica no Grupo ALEPH. A partir dessas experiências e dialogando com Benjamin, Rancière e Bakhtin, levanto algumas indagações sobre espaços de dizer/escrever de professores em formação.

**Palavras-chave:** Escrita docente; Formação de Professores; Linguagem.

**Abstract**

The aim of this paper is to remember my experiences with writing, especially those lived as a student of scientific initiation scholarship in ALEPH Group. From these experiences and dialoguing with Benjamin, Rancière and Bakhtin, I raise some questions about spaces of saying / writing by teachers in continuing education.

**Keywords:** Teacher Writing, Teacher Continuing Education, Language.

<sup>117</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do LEDUC/UFRJ e orientadora pedagógica na rede municipal de Duque de Caxias/RJ. Áreas de pesquisa: formação de professores, educação infantil e alfabetização. E-mail: bmolisani@gmail.com

Experiências com a palavra: tornar-se autora.

Escrever. Imprimir no papel um pouco do muito que vai dentro de mim. Descobrir-me autora. Um desafio, um susto, um presente.

Minha escrita foi formatada pela escola. Aprendi o esquema dos cinco parágrafos nas redações escolares: um de introdução, três de desenvolvimento e um de conclusão, aprendizagem que rendeu notas máximas em redações de vestibular e concurso público. Mas não sei se foram escritas autorais.

Na universidade, vi-me diante da tarefa de dialogar com ideias de textos lidos. Citar era imperativo. As palavras de outrem precisavam aparecer como tais, sem simplesmente copiá-las: como diálogo, precisava oferecer minhas contrapalavras (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 2009).

Ouvi, já nos percursos *strictu sensu*, que minha escrita era muito objetiva, pouco poética. Carrego essa crítica comigo até hoje, me escavando, me expondo, me interpelando.

Rememoro minhas experiências de escrita como bolsista de Iniciação Científica no Grupo Aleph, coordenado pela professora Célia Linhares. Estava aprendendo a escrita acadêmica e mais aprendia porque me aventurava a escrever. Escolhia aspectos do projeto “Experiências Instituintes em Escolas Públicas”, escrevia artigos e enviava para apresentação em eventos científicos. Era uma escrita honesta, como dizia a professora Célia... Porém, solitária. Eu não compartilhava os textos quando os escrevia. Até ela só sabia que eu os tinha escrito depois que o trabalho já tinha sido aceito para apresentação. Autonomia, diriam alguns. Na verdade, medo da leitura do outro. Ser avaliada sempre foi sofrido para mim. A necessidade de agradar, de atender aos anseios e expectativas do outro me oprimiam. O que parecia ousadia era, entretanto, covardia.

Até que um dia, em uma disciplina da Pós-Graduação (mestrado e doutorado) – assistir às aulas da Pós era uma das atribuições dos bolsistas da professora Célia –, Célia solicitou como tarefa que cada um escrevesse um texto sobre a escola como lugar sórdido. Acho que foi a partir de uma leitura de Bauman, mas não tenho certeza. Aventurei-me na escrita e produzi “A história do menino Lino”. Na semana seguinte, antes do início da aula,

mostrei o texto para Luiza, companheira na Iniciação Científica. Ela gostou muito, mas eu estava decidida a não mostrá-lo para mais ninguém.

A aula começou. Não lembro se algum dos estudantes de mestrado e doutorado leu seu texto, qual foi a discussão daquele dia... Eu estava naquela aula tremendo por dentro, querendo ler meu texto e ao mesmo tempo não querendo. Timidez, desejo, medo se misturavam em mim. Mas, num determinado momento da aula, Luiza falou em alto e bom som, com seu belo sotaque nordestino, que eu tinha escrito “um texto muito lindo”. Não tive como fugir. Li o texto, que acabou sendo publicado no primeiro número da Revista Aleph, em 2004.

Escrever sobre essa escrita, sobre o “susto de me tornar autora”, foi a sugestão da querida Léa da Cruz para esse número comemorativo dos dez anos da Revista Aleph. Revisito minha trajetória de escrita num momento em que me dedico a pesquisar, no doutorado, o espaço do discurso docente nas propostas de formação continuada.

Rememorando minha experiência com a escrita, percebo que me descobri autora porque houve quem abrisse espaço para escrever, porque houve ouvinte/leitor para meu discurso, porque alguém me fez acreditar que eu podia escrever e falar. E com os professores, há quem os queira ouvir/ler?

### **Espaços de dizer na formação docente: algumas indagações**

A formação de professores é um tema que desperta meu interesse desde o curso de graduação em Pedagogia. Iniciei esse curso sem ter feito o Curso Normal em Nível Médio e sem ter experiência como professora. Vivi um processo de formação que me instigou, que me alterou como pessoa, fazendo-me refletir sobre as marcas que a escola tinha deixado em mim.

Em minha trajetória escolar, sempre fui considerada boa aluna: arrumada, caderno organizado, letra bonita, não respondia à professora, raramente falava em sala de aula. Cheguei à universidade e me vi diante da valorização de posturas críticas, da participação nas discussões em aula, do diálogo com as ideias apresentadas pelos autores dos textos lidos. Foi difícil romper com as marcas deixadas pela educação que tive e me constituir de

outra maneira como aluna. Lembro-me de uma aula, ainda no terceiro período, em que uma amiga deu um tapa em minhas costas e disse “Fala, menina!”. Como ela sempre se sentava ao meu lado, ouvia meus comentários, mas estes nunca eram enunciados de maneira que todos ouvissem, menos ainda os professores. Aquele tapa levou-me a questionar minha dificuldade de falar, buscando entender os percursos de vida, especialmente escolares, que me constituíram, fazendo com que a monografia de conclusão de curso fosse uma pesquisa autobiográfica, articulando minha trajetória a aspectos de práticas escolares e de formação de professores.

No terceiro período da graduação, fui inserida como bolsista de Iniciação Científica no grupo ALEPH, coordenado pela Professora Célia Linhares, experiência vivida até o fim da graduação. Nesse grupo, aprendi a necessidade de se olhar para as escolas e para seus professores procurando conhecer o que fazem, buscando experiências instituintes, que estremecem o instituído cristalizado, proporcionando *outros arranjos, que vão renunciando outras formas de instituição, forjadas com marcas de embates e provisoriades constantes, mas onde também não estão ausentes os desejos e projetos de uma ética vivenciada com prazer* (LINHARES, 2007, p. 144). Na concepção do grupo, para conhecer essas experiências, é fundamental ouvir os professores, proporcionar espaços para que falem sobre suas práticas e seus saberes.

Partindo da minha experiência, na pesquisa que estou desenvolvendo no doutorado, interrogo os processos de formação continuada e os espaços dedicados à produção de discurso por parte dos professores: a palavra do professor conta?

Emprego o verbo contar em dois sentidos: o de contagem/atribuição de valor e o de narrativa de experiências/ contação de histórias. Atribuo tais sentidos com base nos diálogos que pude ter com Rancière (1996) e Benjamin (1994), além de Bakhtin (2003, 2009, 2010).

O sentido de contagem vem do pensamento do filósofo francês Jacques Rancière. O autor apresenta uma discussão sobre política e democracia em que a palavra é questão central. A contagem das parcelas da sociedade relaciona-se ao modo como as vozes dos que pertencem a cada parcela são ouvidas: como barulho, ruído, articulação fônica que exprime

dor ou prazer (como nos animais) ou como articulação discursiva, como manifestação do *logos*, da inteligência. Fazer contar o que não era contado, fazer ver o que não era visto e fazer ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho configura a atividade política, rompendo com um ordenamento policial que define os lugares de cada um na sociedade. Nas palavras de Rancière (1996, p. 42):

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, os modos de ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (...)

Proponho agora reservar o nome de política a uma atividade bem determinada e antagônica à primeira (...) A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.

Já o sentido de narrativa constitui-se a partir dos escritos de Benjamin (1994). Narrar experiências, contar história pressupõe um movimento que articula passado, presente e futuro, rompendo com a linearidade e com o imediatismo dos acontecimentos. A narrativa não é *apenas produto da voz, mas de tudo o que é aprendido na vida social* (KRAMER, 2007, p. 53), trazendo em seu bojo a experiência tecida na *substância viva da existência* e o caráter histórico da linguagem.

Com Bakhtin (2003, 2009, 2010), reafirmo a historicidade da linguagem, trazendo nela a polissemia, a polifonia, o diálogo. Cada voz se constitui a partir das muitas vozes com as quais dialoga, quer concordando, refletindo, quer contestando, refratando. Diferentes vozes, diferentes sentidos convivem na linguagem, fazendo com que cada enunciação se configure como uma arena.

Articulando Bakhtin, Benjamin e Rancière, é possível pensar na linguagem como lugar de conflito, de deslocamentos, de constituição do humano. Na e pela linguagem, o homem se faz e faz sua história, coletivamente, na relação com o outro. Essa relação

envolve hierarquia e poder, que separam as pessoas, disciplinarizando corpos e discursos. Mas é também na e pela linguagem que o ser humano pode romper com o *ordenamento policial* que determina o lugar de cada um na sociedade (RANCIÈRE, 1996), questionando, denunciando, fazendo-se ouvir e ser contado.

Nesse sentido, seria a formação de professores uma atividade política? Os professores são contados? Como são ouvidas as vozes docentes? Os professores podem narrar suas experiências? Os professores têm espaço para se tornarem autores?

Questões relacionadas à autoria docente têm marcado minha trajetória. Ainda no início da graduação, ouvi que o professor precisa ser sujeito de sua prática. Tal premissa pressupõe que o professor não é mero tarefeiro, não é o executor de algo pensado sem ele, planejado por outrem. Entretanto, a história da formação de professores insiste em negar autonomia/autoria ao professor.

Nas políticas educacionais, é comum haver formulações discursivas que sugerem que a culpa pelos baixos índices da educação brasileira é dos professores e sua formação, apresentando, em decorrência disso, soluções de caráter prescritivo, autoritário, negando percursos de autoria. Também as pesquisas voltadas para a formação, muitas vezes, têm dirigido aos professores e aos seus saberes tons depreciativos. Mesmo quando declaram “dar voz” a esses profissionais, seus discursos são ouvidos como distorções, inadequações em relação ao conhecimento científico, negando, assim, sua legitimidade (ANDRADE, 2003).

Nesse contexto, em que os profissionais da educação são constantemente considerados como responsáveis pelos problemas de não aprendizagem das crianças e jovens brasileiros, expropriados dos conhecimentos necessários para sua atuação profissional através de políticas de aligeiramento da formação e de incorporação de projetos e materiais didáticos em seus cotidianos (BARRETO e LEHER, 2003), seria possível encontrar professores autores, *ricos em experiências comunicáveis* (BENJAMIN, 1994), narradores de experiências que possam ser compartilhadas, gerando sentidos propulsores de transformações nos saberes e fazeres no campo educacional? Há possibilidade de encontrar brechas, fissuras, nas lógicas contemporâneas de expropriação do saber docente, de negação dos professores como produtores de conhecimento, autores de suas práticas?

Penso que a resposta a essas perguntas pode ser afirmativa e, na pesquisa que estou desenvolvendo, invisto na escuta dos professores, no compartilhamento de suas experiências, partindo da necessidade de conhecer e compreender os saberes e as práticas docentes a partir dos discursos dos próprios professores, concebendo-os como sujeitos produtores de conhecimento. Sigo em busca de narrativas docentes que possam ser compartilhadas, inseridas numa história coletiva de resistência e criação em meio a políticas opressoras e dilacerantes, que apontem para a construção de outras formas de pensar e fazer a escola e a formação de professores.

### Referências

ANDRADE, L. T. A escrita dos professores: textos em formação, professores em formação, formação em formação. In: *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 85, p. 1297-1315, dezembro 2003

BAKHTIN, M. *Para uma filosofia do ato responsável*. [Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello & Carlos Alberto Faraco]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010

\_\_\_\_\_. (VOLOSHINOV, V.) *Marxismo e filosofia da linguagem*. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução: Paulo Bezerra. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BARRETO, R. G. e LEHER, R. Trabalho docente e as reformas neoliberais. In: OLIVEIRA, D. (org.) *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras Escolhidas Volume I*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet – 7. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

KRAMER, S. *Por entre as pedras: arma e sonho na escola*. São Paulo: Ática, 2007.

LINHARES, Célia. Experiências instituintes na educação pública? Alguns porquês dessa busca. In: *Revista de Educação Pública*, Cuiabá/MT, vol. 16, n. 31, pp.139-160, mai/ago 2007.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.